

**“VOU APRENDER A LER PARA ENSINAR MEUS CAMARADAS”: ALFABETIZAÇÃO E  
MARXISMO NAS LUTAS CONTRA O CAPITAL.**

**VOY A APRENDER A LEER PARA ENSEÑAR A MIS CAMARADAS: ALFABETIZACIÓN Y  
MARXISMO EN LAS LUCHAS CONTRA EL CAPITAL**

**I WILL LEARN TO READ TO TEACH MY COMRADES: LITERACY AND MARXISM IN  
THE STRUGGLES AGAINST CAPITAL**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i2.64103>

Adriana de Fátima Franco<sup>1</sup>

Hélio da Silva Messeder Neto<sup>2</sup>

Giselle Modé Magalhães<sup>3</sup>

*Mas os livros que em nossa vida entraram  
São como a radiação de um corpo negro  
Apontando pra a expansão do Universo  
Porque a frase, o conceito, o enredo, o verso  
(E, sem dúvida, sobretudo o verso)  
É o que pode lançar mundos no mundo  
(Livros- Caetano Veloso)*

É com alegria e satisfação que apresentamos este dossiê como um espaço de diálogo e reflexão sobre a função da alfabetização nas lutas contra o capital, uma temática necessária e ainda pouco expressiva dentro da grande área da educação e do marxismo. Já no título, trouxemos um excerto da música "Yáya Maseмба", escrita pelos compositores baianos Roberto Mendes e Capinan<sup>4</sup>: "Vou aprender a ler para ensinar meus camaradas", que representa com muita força o conteúdo deste dossiê, uma vez que a educação que aqui defendemos tem mais do que uma dimensão individualizada; ela aponta para uma coletividade, em que aprendemos a construir juntos outro modo de produzir a vida em sociedade.

É preciso aprender a ler para ensinar nossos e nossas camaradas. E não estamos falando somente da decodificação das letras, palavras e frases, mas sim da leitura de mundo, que, em última instância, orienta concretamente nossas ações na realidade. Trazemos a alfabetização como ferramenta para a compreensão do real, para a apreensão do conhecimento de forma crítica e, conseqüentemente, como possibilidade de direcionar ações para a superação do capitalismo.

Ao apresentar este dossiê, explicitamos nosso posicionamento teórico-político de pensar a apropriação da leitura e da escrita a partir dos fundamentos do materialismo histórico-dialético. Isso significa a defesa, de forma indubitável, de que a alfabetização seja alicerçada pelo compromisso com a classe trabalhadora concreta.

Faz-se necessário destacar que a ferida do analfabetismo no país é histórica e requer uma análise para além das aparências do fenômeno, considerando suas múltiplas determinações, que passam pela própria constituição da classe trabalhadora brasileira, marcada pelo escravismo, pela negação de direitos à escolarização e pela ausência de políticas educacionais consistentes. Neste sentido, concordamos com Franco e Martins (2021) que esta mazela está, também, intimamente ligada à classe social e à desigualdade de renda. Aprender a ler e a escrever no Brasil foi e continua sendo um ato de rebeldia, reivindicado sempre pelos grupos marginalizados. A Frente Negra Brasileira, na década de 1930, é um exemplo disso, como bem nos mostra Passos (2012, p. 153):

Ainda que essa experiência tenha sido interrompida com o fechamento da Frente Negra pela ditadura Vargas, ela iniciou um debate sobre a educação dos negros no Brasil, com repercussão nos anos subsequentes." Gonçalves e Silva (2005) consideram que, dentre as várias iniciativas de educação por organizações negras nesse período, a mais completa foi desenvolvida pela Frente Negra Brasileira. A primeira iniciativa do Departamento de Instrução da Frente Negra, em 1932, foi um curso de alfabetização de adultos. Esse curso, que funcionava na sede da FNB, no período noturno, era destinado a todos os negros (menores e adultos), associados ou não à organização. Conforme divulgado no jornal "A Voz da Raça", em 31 de março de 1934: "O curso de alfabetização ganha adeptos dia a dia, crescendo assustadoramente. São homens, mulheres e crianças que procuram o manancial da instrução. Os professores são três e não dão conta do recado." (DOMINGUES, 2008, p. 524).

Essas e outras iniciativas, como o Teatro Experimental do Negro de Abdias Nascimento, da década de 1940, as experiências freirianas no Brasil na década de 1960 e os cursos de alfabetização feitos em cursinhos populares, sempre evidenciaram que a luta por aprender a ler e escrever é uma bandeira da classe trabalhadora, mas que nunca se efetivou na sua plenitude.

Apesar de nossas divergências com os propósitos da fundação "Todos pela Educação", uma instituição neoliberal que vem atuando na mercantilização da educação pública em nosso país, buscamos em suas pesquisas dados que revelam como, especialmente após a pandemia, os índices de crianças que não se apropriaram da leitura e da escrita cresceram vertiginosamente. Vejamos:

- Entre 2019 e 2021, houve um aumento de 66,3% no número de crianças de 6 e 7 anos de idade que, segundo seus responsáveis, não sabiam ler e escrever. O número passou de 1,4 milhão em 2019 para 2,4 milhões em 2021.
- Este impacto reforçou a diferença entre crianças brancas e crianças pretas e pardas. Os percentuais de crianças pretas e pardas de 6 e 7 anos de idade que não sabiam ler e escrever passaram de 28,8% e 28,2% em 2019 para 47,4% e 44,5% em 2021, sendo que entre as crianças brancas o aumento foi de 20,3% para 35,1% no mesmo período.

Também é possível visualizar uma diferença relevante entre as crianças residentes dos domicílios mais ricos e mais pobres do país. Dentre as crianças mais pobres, o percentual das que não sabiam ler e escrever aumentou de 33,6% para 51,0% entre 2019 e 2021. Dentre as crianças mais ricas, o aumento foi de 11,4% para 16,6%.

Ainda, segundo os dados da Agência Brasil publicados em 30 de janeiro de 2024, mais da metade das crianças matriculadas no segundo ano do ensino fundamental não aprenderam a ler e a escrever.

Desta feita, discutir alfabetização no Brasil perpassa necessariamente por compreendermos o sujeito concreto e a formação subjetiva brasileira em suas condições reais de desenvolvimento e humanização. Por isso, o desafio posto ao ensino das letras demanda competência técnica e compromisso político (SAVIANI, 2011), ou cairemos em explicações subjetivistas e patologizantes, que culminam na medicalização de milhões de crianças, em sua maioria, filhos da classe trabalhadora.

Tais explicações naturalizantes adotam a estratégia de transformar problemas sociais em questões individuais e orgânicas, e estão presentes há décadas em nossas escolas. Diversas pesquisas vêm denunciando sistematicamente esta forma cruel de responsabilizar as crianças por um fracasso que é produzido socialmente. Desde Patto (1996), Moysés e Collares (2010, 2011) até Tuleski e Franco (2019), podemos ver que, infelizmente, nas últimas décadas, o número de crianças medicadas só fez crescer.

Na contramão das explicações naturalizantes, defendemos que a ação docente precisa considerar que a aprendizagem da leitura e da escrita – assim como as outras aprendizagens em nossas vidas – é uma síntese de nossa história como indivíduos pertencentes a determinado contexto histórico e cultural. E, ainda que esta síntese traga particularidades semelhantes, é única para cada indivíduo singular.

Alfabetizar na perspectiva histórico-crítica pressupõe, acima de tudo, possibilitar o acesso à cultura letrada, bem como permitir amplas possibilidades de desenvolvimento aos sujeitos concretos. Trabalhamos para que o domínio dos expedientes relativos à aprendizagem da leitura e da escrita esteja a serviço dos dominados, que, de posse de conteúdos culturais humanizadores, poderão se instrumentalizar para ações libertadoras da condição de dominação (SAVIANI, 2018). Caso contrário, estaremos à mercê do avanço das forças de extrema direita e da ideologia neoliberal, que se utilizam das fake news e do obscurantismo, nomeado por Duarte (2022) de "obscurantismo beligerante". Este, segundo o autor, diz respeito à “difusão de uma atitude de ataque ao conhecimento e à razão, de cultivo de atitudes fortemente agressivas contra tudo aquilo que possa ser considerado ameaçador para posições ideológicas conservadoras e preconceituosas” (DUARTE, 2022, p. 139).

Em meio à desinformação, a aceitação cega da aparência dos fenômenos como sua totalidade, negando a compreensão da realidade em suas múltiplas determinações, a tarefa da educação emancipadora se torna ainda mais urgente e árida e, por isso mesmo, teorias que nos auxiliem a compreender a realidade de forma mais fidedigna são imprescindíveis.

Sabemos que as teorias por si mesmas não interferem imediatamente na realidade concreta; todavia, quanto maior o grau de fidedignidade com a qual elas refletem a referida realidade na consciência dos indivíduos, maiores as possibilidades de que operem como mediadoras para ações efetivamente

conscientes, isto é, para ações fundamentadas na ciência sobre as dimensões causais e teleológicas da atividade tipicamente humana, o que significa dizer: do trabalho.

Pontuamos que a escola não pode ser compreendida apartada da sua relação com a sociedade. Reconhecemos que o conhecimento escolar é atravessado pelas contradições geradas pela luta de classes e, logo, pela luta ideológica que a acompanha. Por fim, sabemos que a luta pela socialização do conhecimento pela escola, na sociedade capitalista, não revoluciona a sociedade, mas, outrossim, pode contribuir para o processo de transformação das relações sociais alienadas (DUARTE, 2016).

Desta feita, “para tomar consciência de alguma coisa e apreender alguma coisa, é necessário, inicialmente, dispor dessa coisa” (VIGOTSKI, 2001, p. 287). Para ser capaz de autorizar o texto da própria vida e ajudar a construir a história dos seus, é necessário que haja um ensino apto a instrumentalizar a construção deste ideal. Por meio dessa compreensão, torna-se possível “(...) grafar ideias e registrar a vida em letras” (FRANCO & MARTINS, 2021, p. 163), conquista que possibilitará a requalificação da compreensão da realidade e da imagem subjetiva da realidade objetiva, em outras palavras, desenvolvendo instrumentos psíquicos que podem possibilitar aos camaradas planejar a transformação da vida. Dito isto, há que se travar uma peleia incansável na direção de uma formação que culmine em indivíduos adultos mais sujeitos e menos assujeitados às condições alienadoras da sociedade capitalista (CARVALHO e MARTINS, 2016).

Em seus estudos, Vigotski (2003) afirmou que educar é transformar; se assim não fosse, a educação seria desnecessária. Mas, para que isso se efetive, é necessário saber o que e para que é preciso transformar. Sendo assim, não é qualquer teoria psicológica e pedagógica que nos permite avançar, até porque não é qualquer humano que pretendemos formar. Por isso, a análise sobre ensino e apropriação da escrita requer clareza sobre a ciência pedagógica que lhe confere sustentação, posto que ela nos trará a compreensão acerca das finalidades da educação, da identificação de conteúdo escolar e da orientação didática do trabalho educativo. Temos acordo com Abrantes (2015, p. 135) quando assevera que os pressupostos da pedagogia histórico-crítica “estão pautados na perspectiva de que a práxis educativa cumpra a função de socialização do conhecimento e não se realize como atividade adaptativa ao modo de produção capitalista e às formas alienadas de socialização”.

No sentido de construir um debate concreto sobre alfabetização que ajude educadoras e educadores na construção de uma prática que aponta para emancipação, este dossiê abre com duas entrevistas. Na primeira, Rosangela Pedralli, com sua rica experiência como educadora, nos aponta os desafios de alfabetizar numa perspectiva crítica e, sem perder a esperança, nos indica caminhos. A nossa entrevistada foi super generosa ao indicar um conjunto de bibliografias para que educadores possam ter mais repertório para superar os desafios postos pela atual conjuntura do Brasil. Na segunda entrevista, temos Maria do Rosario Longo Mortatti, uma pesquisadora com uma longa trajetória no campo da alfabetização, que também nos trará excelentes contribuições para pensar os desafios do nosso tempo, dando respostas que falam tanto da sua vida quanto fazem um laço bonito com a história da alfabetização brasileira. São duas leituras imprescindíveis.

Se a leitura das entrevistas já nos enche de possibilidades, os artigos do dossiê são ainda mais generosos. O primeiro texto, intitulado "*Trabalho, educação e políticas curriculares para a alfabetização*", de Lucilene Amarante, Paula Gonçalves Felício e Jani Alves da Silva Moreira, analisa as políticas curriculares da alfabetização brasileira, escancarando seu caráter adaptativo e pouco preocupado com os filhos da classe trabalhadora. No texto "*A alfabetização em cursos de pedagogia e a formação de professores para o capital*", de Esther Salvador Clipes e Priscila Monteiro Chaves, temos também um cenário preocupante, visto que o texto traz com precisão o tratamento da temática da alfabetização no curso de formação de professores. Os resultados apontam para a negligência dos arcabouços político e teórico na formação inicial das pedagogas e pedagogos brasileiros.

A denúncia feita pelas autoras no primeiro e no segundo artigo serve de base para começarmos a ver como os autores e autoras de alfabetização que compõem este dossiê trazem anúncios para práticas mais enriquecidas de sentido. Eis que o terceiro texto, intitulado "*Práticas culturais: a palavra, o texto e o contexto no processo de alfabetização*", de Maria Angélica Cardoso e Viviane Gregório Barbosa de Campos, discute a partir da teoria histórico-cultural sobre como a disponibilidade de diversos artefatos culturais, que passam pela arte e música, entre outros, são fundamentais no trabalho didático da alfabetização. No texto de Graziela Regina dos Santos e Sandra Luciana Dalmagro, "*A organização do ensino de linguagem escrita: o meio como base e horizonte de transformação*", também vemos um debate sobre como as condições concretas da vida contribuem para o aprendizado da linguagem escrita. O texto em tela traz iniciativas que pensam a família como participante do processo educativo da linguagem escrita, deixando claro que não se deve trabalhar com o conceito idealizado desta instituição.

Francisco José Carvalho Mazzeu, Janaína de Souza Silva e Luciana Cristina Salvatti Coutinho trazem no texto "*Alfabetização e pedagogia histórico-crítica: considerações teórico-metodológicas*" uma discussão teórico-prática sobre alfabetização e avaliação da aquisição da escrita, trazendo contribuições ricas para o processo de alfabetização a partir desse referencial. É também no esteio da psicologia histórico-cultural que as professoras Bruna Carvalho e Lígia Márcia Martins, em seu texto "*A mobilização do pensamento e as operações racionais: contribuições para o processo de alfabetização*", darão um tratamento psicológico à questão da alfabetização, tecendo relações entre ações e operações do pensamento com o processo de alfabetização.

Ainda no campo da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica, as autoras Raquel Elisabete de Oliveira e Juliana Campregher Pasqualini, no texto "*Aportes da psicologia histórico-cultural à teoria e prática da alfabetização: das proposições de Vigotski às pesquisas sobre a Atividade de Estudo*", trarão contribuições de Vigotski, Elkonin, Davidov e Repkin para tecer relações entre linguagem oral e escrita, os mecanismos psíquicos envolvidos na tomada de consciência da linguagem oral e as conexões entre alfabetização e Atividade de Estudo.

O último artigo do dossiê, intitulado "*Compatibilidades e incompatibilidades entre a noção de leitura literária e a pedagogia histórico-crítica*", de Sâmella Priscila Ferreira Almeida e Maria Amélia Dalvi, traz uma análise de aproximações e distanciamentos entre perspectivas do ensino da literatura na educação, e essa análise

entendemos que se constitui fundamental para pensarmos práticas de ensino de literatura que, nos anos iniciais, não estão apartadas do processo de alfabetização.

Em um número que trata de alfabetização, entendemos que seria impossível não fazer uma menção ao legado de Paulo Freire. Por isso, na seção documentos, trazemos o belíssimo discurso que Freire fez no encerramento do curso de alfabetização em Angicos. O texto evidencia a coerência teórico-metodológica do método freiriano e aponta seu compromisso com os trabalhadores. Muitas das questões trazidas por Freire neste discurso de 1963 continuam atuais.

No campo das resenhas, também temos a análise de duas obras cuja temática é alfabetização. A primeira resenha é de Patrícia Barbosa da Silva sobre o livro "*As perspectivas construtivistas e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita*", escrito por Lígia Márcia Martins e Ana Carolina Galvão. A resenha consegue captar a importância dessa obra para quem quer fazer um trabalho consistente de alfabetização a partir da perspectiva histórico-crítica.

A última resenha deste número é de Eduarda Henrique e também traz um livro importantíssimo para o debate da alfabetização intitulado "*Palavra Escrita: Vida registrada em Letras. A alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização (PNA)*", das professoras Adriana de Fátima Franco e Lígia Márcia Martins. A resenhista aponta de maneira acertada que as autoras defendem, sem titubear, que o real compromisso com a alfabetização não pode apartar-se da luta pela superação de uma ordem econômico-social que prima pela desumanização de uma imensa parcela da população, alienando-a dos bens materiais e culturais edificados no tempo pelo conjunto dos indivíduos. A resenha é um verdadeiro convite à leitura dessa obra importantíssima para pensarmos alfabetização.

A seção de artigos deste número também está rica em debates essenciais para os desafios do nosso tempo. No primeiro texto, intitulado "*Marx e a França revolucionária diante da Alemanha em 1843-1844*", vemos um debate trazido por Vitor Sartori sobre a posição de Marx em relação à França revolucionária em sua obra dos anos de 1843-44, trazendo a comparação entre a Alemanha e a França como algo central. Nesta análise, o texto é acurado e traz elementos que podem nos ajudar a pensar questões candentes.

Ainda dialogando com a leitura da obra marxista, Zaira Rodrigues Vieira, no texto "*Capital, luta de classes e novas leituras de Marx frente à realidade pós-fordista*", defenderá a centralidade da categoria trabalho e apontará, com detalhes, o processo de proletarização sem precedentes que atinge camadas sociais diversas.

Já no terceiro texto desta seção, Maíra Machado Bichir, no artigo "*A teoria marxista da dependência e a categoria Estado dependente*", trata de modo atualizado o conceito de Estado dependente a partir dos clássicos da teoria marxista da dependência. A autora destaca a necessidade de incorporação das dimensões patriarcal e étnico-racial como estruturantes desse Estado.

O quarto texto dessa seção, intitulado "*Rejuvenescimento da teoria do capital humano: argumentos para a contrarreforma do ensino médio*", é de autoria de Micaela Balsamo de Mello, Rodrigo da Silva Pereira e Pedro Henrique Silva Santos Machado. Ele debaterá a Teoria do Capital Humano, tecendo interações importantes para pensarmos o Novo Ensino Médio. A relação entre trabalho e o Novo Ensino Médio também aparece no texto "*A categoria trabalho e a educação dos jovens na Declaração de Incheon*", de Caroline de Lima Mendonça,

Neide de Almeida Lança Galvão Favaro e Paulo Sergio Tumolo. Os autores analisam a Declaração de Incheon, um documento relacionado à educação global, e mostram suas ressonâncias na reforma do Ensino Médio do Brasil.

O debate sobre direitos humanos atravessa o sexto texto desta seção, intitulado "*Disputas e tensões no campo da educação em direitos humanos: uma alternativa crítico-dialética*". O autor Luiz Gustavo Tiroli analisa o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e encontra nele limites e possibilidades para uma atuação crítico-dialética na escola. É ainda olhando para a escola pública que o artigo "Privatização, castigo e política de bonificação educacional: uma análise marxista", de Arminda Rachel Botelho Mourão e William de Farias Barros, traz uma análise de como a iniciativa privada tem chegado às escolas do Estado. Dividido em três partes, o texto evidencia como as políticas de bonificação favorecem a privatização do ensino e como ocorrem os chamados castigos educacionais diante de tais políticas.

O texto "*Os favorecidos de São Sebastião: as parcerias na educação municipal do Rio de Janeiro (2012-2021)*", de Regis Arguelles da Costa, evidencia de modo concreto o que o artigo anterior tratou de modo geral. Considerando a influência política das fundações empresariais na educação pública brasileira, o texto se debruçou sobre a contratação de serviços educacionais pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, no período de 2012 a 2021.

O referencial teórico da Pedagogia Histórico-Crítica também está bem presente na seção de artigos. No texto "*Antiespecismo e pedagogia histórico-crítica: possibilidades emancipatórias*", de Guilherme Torres Correa e Camila Itikawa Gimenes, vemos uma abordagem nova nesta área, que considera que o antiespecismo deve ser um conteúdo escolar se quisermos questionar nas raízes o modo como produzimos a vida na sociedade capitalista.

Ainda no referencial da Pedagogia Histórico-Crítica, temos outra discussão pertinente sobre a formação dos pedagogos na educação a distância (EaD). O texto "*Reflexos e reflexões na formação em pedagogia nos cursos EaD: uma análise histórico-crítica*", de Andressa Pereira Silva Sartori e Andréia Weiss, traz resultados que apontam questões preocupantes no processo de formação do educador que atuará com nossas crianças e jovens nesta sociedade.

No texto "*Considerações sobre classe, raça e gênero para uma compreensão concreta da adolescência no Brasil*", de Angelina Pandita Pereira, são trazidas considerações importantes sobre a adolescência concreta no cenário do capitalismo brasileiro. Um debate que, segundo a autora, não pode ser feito sem levar em consideração os debates de raça e gênero. O debate sobre gênero e classe aparece de modo pulsante no texto "*A sociedade da classe, da raça e das mulheres negras: aproximações possíveis, decolonizações necessárias*", de Georgina Helena Lima Nunes, onde a autora tentará trazer debates sobre gênero e raça de outras perspectivas para dialogar com questões do marxismo.

Esse número também avança em questões culturais. No texto "*Memória e usos do passado em games: a representação de Karl Marx em Assassin's Creed: Syndicate*", temos uma análise de um jogo digital específico. Os autores Carlos Prado e Rodrigo Salvador de Araújo mostram como Karl Marx foi representado no jogo. E evidenciam resultados interessantes que valem a pena ser consultados. Ainda no campo da cultura, o texto

"*Un poco periodístico y un poco cinematográfico: a Revolución Mexicana nas páginas da revista Amauta (1926-1930)*", de Leandro Galastri, traz uma bonita discussão sobre a revista fundada pelo pensador marxista peruano José Carlos Mariátegui, em setembro de 1926, com o objetivo de promover e ampliar o pensamento crítico na América Latina nas dimensões da cultura, da política e da economia.

A seção de artigos é encerrada com o texto "*Notas sobre a formação intelectual e política de Antonio Candido*". Nele, Vinícius Victor Araujo Barros traz notas importantes sobre a formação intelectual e política de Antonio Candido, um dos grandes intérpretes e crítico-literário da cultura brasileira, evidenciando continuidades e descontinuidades do materialismo histórico-dialético em seu pensamento.

Esperamos que este número, como um todo, seja lido e debatido nos diversos espaços, ajudando a compor círculos de cultura, formação de professores e formações políticas, no sentido de que possamos cada vez mais ler as palavras, ler o mundo, ler os livros, ler novamente o mundo, ler novamente os livros para transformá-lo. E que a alfabetização, como diz Brecht, seja a arma para tomarmos o comando! Aos nossos camaradas, nada menos que as máximas possibilidades e humanização! Avante!

#### **Elogio do Aprendizado**

Aprende o mais simples!  
Para aqueles  
Cujo tempo chegou  
Nunca é tarde demais!  
Aprende o ABC, não basta, mas  
Aprende-o! E não te enfades!  
Começa! Tens de saber tudo!  
Tens de tomar o comando!  
Aprende, homem no abrigo!  
Aprende, homem na prisão!  
Aprende, mulher na cozinha!  
Aprende, sexagenário!  
Tens de tomar o comando!  
Procura a escola, tu, sem-teto!  
Adquire saber, tu, que tremes de frio!  
Faminto, apanha o livro:  
é uma arma.  
Tu tens de tomar o comando.  
(Bertolt Brecht, 1931)

#### **Referências**

AGÊNCIA BRASIL, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-01/mais-de-50-das-criancas-do-2o-ano-do-fundamental-nao-conseguem-ler>

ABRANTES, A. Educação escolar e acesso ao conhecimento: o ensino como socialização da liberdade de pensar. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 132-140, jun. 2015.

DANGIÓ, M. S.; MARTINS, L. M. A concepção histórico-cultural de alfabetização. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 210-220, 2015.

DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo**. Campinas, autores associados, 2016.



FRANCO, A. de F.; MARTINS, L. M. **Palavra escrita: vida registrada em letras. A alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização (PNA)**. [recurso digital] Goiânia: Editora Phillos Academy, 2021. Disponível em: <https://phillosacademy.com/palavra-escrita-vida-registrada-em-letras>. Acesso em: 9 junho 2021.

FRIGOTTO, G.. Pandemia, mercantilização da educação e resistências populares. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, 13(1), 636–652.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (org.). **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 71-110.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. O lado escuro da dislexia e do TDAH. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (org.). **A exclusão dos “incluídos”**: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: Eduem, 2011. p. 133-196.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

PASSOS, J. C. dos. As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos. **EJA EM DEBATE**, Florianópolis, vol. 1, n. 1. nov. 2012. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA>.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

SAVIANI D. **Escola e democracia**. 43. ed. Campinas: Autores Associados; 2018.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO – **Impactos da pandemia na educação das crianças: nota técnica**. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/aumenta-em-1-milhao-o-numero-de-criancas-nao-alfabetizadas/>; acessado dia 09/06/2022

TULESKI, S. C.; FRANCO, A. F. **O processo de desenvolvimento normal e anormal para a psicologia histórico-cultural: estudos contemporâneos**. Maringá: Eduem, 2019.

VIGOTSKI, L.S. **Psicologia Pedagógica**. Artmed, Porto Alegre, 2003.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Madrid: Visor, 1995. tomo III.

---

## Notas

<sup>1</sup> Graduação em Psicologia pela UNESP/Bauru (1996), mestrado em Psicologia da Educação pela PUC-SP (2001), doutorado em Educação: Psicologia da Educação pela PUC/SP (2006) e Pós-doutorado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP\_ Araraquara, sob a orientação da professora Ligia Marcia Martins). Atuou como professora da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino fundamental de 1993 a 1998. É professora do Departamento de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7017488627828105>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2727-1367>, E-mail: [adriff franco@hotmail.com](mailto:adriff franco@hotmail.com).

<sup>2</sup> Possui graduação em Química pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Doutorado pelo programa de pós graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da UFBA. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal da Bahia. É líder do grupo de pesquisa ENCONCIENCIAS (Grupo de Pesquisa em Ensino Concreto de Ciências). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5284620682449345>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6620-2989>. E-mail [helioneto@ufba.br](mailto:helioneto@ufba.br).

<sup>3</sup> Psicóloga, Doutora em Educação Escolar. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Concreta (GEPCO). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/2726281356078379> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4045-7040> E-mail: [gislemagalhaes@ufscar.br](mailto:gislemagalhaes@ufscar.br).

<sup>4</sup> Uma forte e bonita interpretação da música feita por Virginia Rodrigues pode ser vista em: <https://www.youtube.com/watch?v=r-70cBxqHYE>. A versão cantada por Maria BetHânia também pode ser apreciada nesse link: <https://www.youtube.com/watch?v=sfGMCm-ZPFQ>